

DESPACHO DECISÓRIO DE ANULAÇÃO

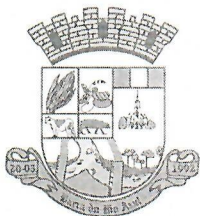
PROCESSO Nº 009/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM EQUIPAMENTO RODOVIÁRIO TIPO RETROESCAVADEIRA NOVA, TRACIONADA 4X4, ANO DE FABRICAÇÃO 2020, VISANDO À CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DO CONVÊNIO MAPA N.º 892742/2019, COM ALOCAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS E CONTRAPARTIDA MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO RIO AZUL, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais disposições legais aplicáveis à espécie, e ainda considerando:

- a) A supremacia da Administração Pública na condução e encerramento de procedimentos licitatórios em sua instância;
- b) O disposto no Art. 49, bem como nos § 1º e § 2º do mesmo Artigo, todos da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Que através do Procedimento nº 00763.002.364/2020, que tramita junto a Promotoria de Justiça Cível de Erechim fora levantada a possibilidade de direcionamento do Processo Licitatório supra mencionado, através da inclusão de especificações técnicas que acabaram por eventualmente restringir a competitividade do certame;
- d) Que o Município diligenciou junto às demais empresas que haviam fornecido orçamentos para elaboração do Plano de Trabalho apresentado junto ao Ministério da Agricultura, visando auferir se as máquinas por elas ofertadas atendiam ao Termo de Referência do Pregão Presencial nº 003/2020, não obtendo confirmação favorável de atendimento.
- e) Que não foi possível verificar, em pesquisa mercadológica, que pelo menos 03 (três) máquinas que atendiam integralmente o objeto editalício.
- f) Que mesmo não tendo havido quaisquer impugnações ao referido Edital Convocatório na época própria, se mostra imperativo resguardar o erário público de eventual futuro pagamento indevido decorrente do vício de ilegalidade.
- g) Que ainda não fora realizada a entrega/recebimento do objeto constante no Contrato Administrativo nº 017/2020, cujo prazo de prorrogação solicitado pela contratada e deferido pelo Município já se encontra expirado, o que importa na desnecessidade de eventual concessão do direito



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GOVERNO MUNICIPAL DE
BARRA DO RIO AZUL



ao contraditório para efeitos de anulação do Contrato Administrativo decorrente do Processo Licitatório supra mencionado.

DECIDE,

- **ANULAR**, por vícios de ilegalidade, por provocação de terceiros (MP/RS), o Processo Licitatório nº 009/2020 – Pregão Presencial nº 003/2020, bem como o Contrato Administrativo nº 017/2020, dele decorrente.

Barra do Rio Azul, RS, 04 de Dezembro de 2020.



MARCELO ARRUDA,
Prefeito Municipal.